

Crônica teórica de uma morte falada

FAUSTO NETO, Antonio - O corpo falado - a doença e a morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras. 2ª ed., Belo Horizonte, FumarcPUC/MG, 1989, 161 p.

São raros os trabalhos de análise do discurso informativo que não enveredem pela velha análise de conteúdo ou pelas taxinomias redundantes. Modelo de boa análise é, por exemplo, *Construire l'Événement*, de Eliseo Verón, resultado de uma minuciosa pesquisa sobre o tratamento dado pelos meios de comunicação franceses ao acidente na usina nuclear norte-americana de Three Miles Island. Verón demonstra inequivocamente como um certo real é produzido pela ação discursiva dos *media*.

O corpo falado, de Antonio Fausto Neto, professor da Universidade Federal da Paraíba, adota a mesma linha metodológica. Nada mais natural, uma vez que seu doutorado em comunicação pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris) realizou-se com orientação do professor Eliseo Verón. Não se trata apenas disso, porém: a aplicação da teoria da enunciação à análise dos discursos é caminho sério e dos mais fecundos.

O *corpus* da análise de Antonio Fausto Neto é o conjunto de revistas semanais informativas (Ve-

ja, *Afinal*, *Isto É*, *Fatos*, *Senhor e Visão*), cujos números circularam nas seis semanas que envolveram a doença e morte do ex-presidente Tancredo Neves. O trabalho propõe-se a descrever, do ponto de vista dos modelos teóricos e metodológicos da moderna teoria da enunciação, como um acontecimento é produzido pela ação/intervenção dos *mass-media* e de suas operações discursivas.

Com finalidade didática, o autor procura construir uma leitura do discurso jornalístico na produção dos acontecimentos. No episódio da doença e morte do ex-presidente — tomado como exemplo que ilustra o papel dos modelos, rituais de operações e representações na construção dos objetos —, a ordem informativa impõe um "discurso segundo". A despeito do fato real da enfermidade ou da morte posterior, o que se passa anos *media* pertence à ordem dos diferentes saberes discursivos. Para isso intervêm diversos códigos, especialmente o de natureza médica, cujas operações definiram o investimento de outras, à maneira de um "ponto de negociação", para que novos campos pudessem, de modo próprio, "contatar" o objeto.

Da luta travada entre códigos, campos, modelos e rituais de saberes distintos, resulta uma multiplicidade de acontecimentos, no interior dos quais Tancredo Neves funciona como eixo básico, semantizado por diferentes campos discursivos, principalmente o jornalístico. O conhecimento desse processo, efeito que o

trabalho de Fausto Neto busca provocar, pode oferecer uma alternativa de leitura para o discurso jornalístico, na medida em que destaca o papel das estratégias de discurso na construção dos acontecimentos. Verón e Fausto Neto reencontram-se neste projeto.

Mas, como sublinha o próprio autor, na medida em que Corpo falado define como "texto didático", é também um trabalho de auto-elaboração, constituindo-se em auto-reflexão da atividade jornalística. E é um depoimento de jornalista, citado por Fausto Neto, que fornece a síntese do que cada meio de comunicação fez do acontecimento: "A televisão interpretou, até opinou, na medida em que deu o seu noticiário — no caso da Globo, a idéia de que o presidente estava muito mal e viria fatalmente a falecer, embora os boletins médicos, em alguns momentos, dissessem o contrário. Nós começamos a ouvir outras fontes médicas e não-médicas e interpretamos os boletins médicos utilizados nos boletins".

Pelo rigor metodológico, clareza de exposição e pertinência das conclusões, O corpo falado, cuja segunda edição já foi lançada sob os auspícios da PUC/MG, Sindicato dos Jornalistas e Fundação Tancredo Neves, constitui leitura obrigatória para os estudiosos da teoria da comunicação no Brasil.

Muniz Sodré
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

Sob o brilho do Hemisfério Sol

LIMA, Edvaldo Pereira - Colômbia

Espejo América. São Paulo. Perspectiva/EDUSP, 1989, 152, p.

Procurar, com paixão, o rosto latino-americano, assumindo a grandeza do gesto e as travas que impedem sua consumação: eis rara atitude de um jornalista. Falta-lhe, em geral, a solidariedade para transitar no próprio território. Prefere terras do Norte ou até mesmo o exótico do Oriente e, assim, descremina a América Latina na ordem das prioridades. Pois Edvaldo Pereira Lima optou por se mirar nos Andes e nas profundas savanas, do que resultou "Colômbia Espejo América" (editora Perspectiva, 1989).

*El sol era un hombrecito feo, mal hecho;
le preguntaron: tú quieres ser como padre del mundo? y el dijo que sí; y lo visitieron de puro oro; vestido de oro, mochila de oro, gorro de oro, todo de oro. Lo soplaron y cuando se lavantó se acabó la noche.*

Edvaldo Pereira Lima recolheu da mitologia Kogi o significado cultural da busca do El Dorado. O ato metafórico de vestir-se de ouro e acabar-se a noite estilhaça a dimensão histórica e gulosa das riquezas do interior da América. Mas depois, se os nativos viviam no lado do Hemisfério Sol, vieram os aventureiros e espoliadores e os submeteram ao Hemisfério Noite. A nostalgia do El Dorado persegue quem já foi noite, se fez sol e outra vez na noite. Ao viajar pela Colômbia, o autor desta reportagem-ensaio resgata os fios de ouro perdido nesta América de impasses. Não esconde a perplexidade

como não omite o encantamento. No espelho em que busca as imagens da América, sofrimentos do passado e do presente.

Não se trata da reportagem turística que apenas reforce os objetivos da indústria hoteleira. O livro de Edvaldo Pereira Lima percorre, sim, os caminhos do Turismo oficial, mas liberta-se de seus tentáculos promocionais. Através da constante pesquisa de antecedentes históricos, através do contato humano em todas as situações — virtude fundamental do repórter — e sobretudo através de uma sutil observação, o ensaísta nos faz viajar no tempo e no espaço da América. Os particulares são da Colômbia, mas o essencial emerge da alma nativa pré-colombiana. Felizmente para nós, leitores, o autor se despiu da camisa de força das técnicas tradicionais do Jornalismo. Abandonou o positivismo e o cartesianismo, deixou-se preencher de indagações, emoções e acasos. "Tudo parte de um jogo mágico que parece indicar: não é possível encarar tudo certinho neste país, ou na vida. Descartes já se aposentou"

E nessa magia confessada entramos, pelas mãos do autor, na luz do Novo Mundo que subsiste apesar dos contínuos curtos-circuitos. "Colômbia Espelho América" desmistifica o "atraso" do Continente, mostra o perfil de uma terra digna de paixão, passeia pelos luxos urbanos da modernidade, mas procura também os sombrios recantos da pobreza. Claros-escuros da América que sensíveis viajantes do Norte tanto apreciam e nós, habitantes do paraíso fantástico, rejeitamos.

A Colômbia, desconhecida, minimizada ou reduzida a rota de drogas, ganha contornos muito fortes na narrativa do viajante brasileiro.

Talvez os historiadores possam fazer algumas ressalvas às "verdades" assumidas por Edvaldo Pereira Lima. Em especial, o resgate eufórico dos Libertadores da América, das independências e da luta dos heróis oficiais não se enquadra na visão da Nova História. Mas estas incursões — de clima mais ficcional do que metodologicamente histórico — não chegam a arranhar a adesão à História dos Vencidos, tom maior do entendimento do autor quando especula o passado latino-americano. E como optou pela magia, detém-se mais nos mitos de culturas ancestrais do que em explicações reducionistas da aventura americana. Ficamos devendo também uma penetração mais profunda e mais contextualizada no candente tema da violência, associado historicamente à espoliação e ao êxodo rural. Mas se alguns aspectos denunciam certo inacabamento, temos partes da viagem verdadeiramente sinfônicas. Cartagena, por exemplo. Lá está: voltamos ao sol, o mito do El Dorado. Cartagena, porto da sangria do ouro, do assédio da pirataria e a estratégia de defesa montada pela colonização espanhola desde o século XVI...

Edvaldo Pereira Lima insiste em conhecer Aracataca (onde nasceu Gabriel García Márquez), como insiste em conhecer a América Latina. Nem Gabo (ou Gabito), como o chamam carinhosamente na terra natal, dá essa importância à sua Macondo, acusam seus orgulhosos conterrâneos. Mas o jornalista (professor e pesquisador de Comunicação Social da USP) assume por completo nossa Macondo. Seu gesto neste livro traduz adesão e solidariedade. Por isso, cita Cristóvão Colombo, que também percebeu a generosidade do povo da terra:

*Son la mejor gente del mundo
y mas sana.
Aman a sus proximos como
asi mismos.
Son Fieles y sin codicia de
lo ajeno.*

Cremilda Medina
Universidade de São Paulo

Baião dos Dois

FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha — Baião dos dois: a música de Zédantas e Luiz Gonzaga no seu contexto de produção e sua atualização. Recife, Ed. Massangana, 1988, 280 p.

O trabalho de Mundicarmo Ferreti apresenta a música sertaneja nordestina no momento de sua incorporação à Música Popular Brasileira (anos 50) e sua nova fase de aceitação nacional (década de 70), através da obra dupla — Zédantas (José de Souza Dantas Filho) e Luiz Gonzaga (Luiz Gonzaga do Nascimento).

Em seu estudo a autora priorizou a participação de Zédantas, considerando que o mesmo teve uma presença relevante no repertório de Luiz Gonzaga e outros intérpretes da música nordestina, embora não tenha merecido a atenção de pesquisadores e jornalistas, que se tem voltado preferentemente para a contribuição de Humberto Teixeira, o primeiro grande parceiro de Luiz Gonzaga.

O livro foi preparado originalmente como uma dissertação de mestrado, apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o título *Na batida do baião, no balanço do forró*.

Após uma discussão teórica sobre as condições de produção da arte, que fundamentarão a sua análise, Mundicarmo Ferreti procura identificar os fatores que permitiram que a música nordestina, de caráter marginal no contexto da música nacional, pudesse se tornar aceita e dominante em determinado momento; as causas da sua decadência; e a da sua nova aceitação, em outro contexto cultural. A seguir focaliza a contribuição dos dois compositores para o fortalecimento daquela modalidade musical.

A obra da dupla Zédantas/Luiz Gonzaga é analisada no contexto de produção/emissão, em seus aspectos literários e musicais levando-se em conta: autor, intérprete, público e intermediários, considerações sócio-culturais da sua produção e difusão.

O abundante material reunido é analisado como obra musical especificamente produzida para o disco, rádio e forró, isto é, para ser tocada no rádio, ouvida, dançada e cantada e não como pura poesia cantada.

Mundicarmo Ferreti conclui que "devido ao seu caráter de reelaboração da cultura sertaneja, por um membro da burguesia rural nordestina, integrado à sociedade urbana de outra região, não poderia ser encarada como expressão pura e límpida nem da ideologia do camponês nordestino, nem de um dos segmentos das camadas subalternas do Rio de Janeiro na década de 50". E prossegue: "A música de Zédantas é manifestação de "cultura popular de massa", uma vez que foi produzida para o disco e para o rádio a partir do folclore nordestino e foi recebida e utilizada principalmente pelas camadas de baixa renda da população urbana.

Embora a autora não privilegie o aspecto literário do material reuni-

do — quase cem poemas (letras) ele coloca Zédantas como sucessor de Catulo da Paixão Cearense na construção de um repertório de "música matuta", isto é, de uma obra de reconstrução, às vezes nostálgica, às vezes depreciativa do mundo camponês, por um intelectual da burguesia, ainda que conhecedor do mundo sertanejo do qual emigrou. Na verdade a autenticidade da personalidade *folk* de Luiz Gonzaga permitiu que a música nordestina de Zédantas, como de resto a de Humberto Teixeira, pudesse ser reconhecida e identificada pelas populações nordestinas como algo de autenticamente seu e não como uma caricatura, às vezes grotesca, ou simplesmente exótica ou pitoresca, como na voz de intérpretes como Ivon Cury.

O livro é valorizado por seus anexos documentais (110 páginas) onde a autora apresenta o levantamento do repertório de Zédantas gravado por Luiz Gonzaga; o repertório de Zédantas executado por outros intérpretes; discografia da dupla Zédantas/Luiz Gonzaga; e discografia de Luiz Gonzaga; além do cancionário de Zédantas, com quase cem poemas, a maioria dos quais transcrito de gravações.

Lamentavelmente a obra não inclui partituras das músicas pesquisadas. Seria porém exigir demais de uma pesquisadora individual, preparando dissertação de mestrado nas condições usuais da vida acadêmica brasileira, que fosse além das informações que levantou, já com tanta dificuldade, face à situação dos acervos documentais da música popular brasileira.

O livro *Baião dos Dois: Zédantas e Luiz Gonzaga* é sem dúvida uma importante contribuição ao estudo da Música Popular Brasileira e uma obra indispensável aos

interessados na música nordestina, tanto pela análise sócio-cultural como pela documentação levantada.

Roberto Benjamin
Universidade Federal Rural
de Pernambuco

Desnudando o ensino de Comunicação

MARQUES DE MELO, José, org.
- *Ensino de Comunicação no Brasil: e desafios*. São Paulo, ECA-USP / IPCJE, 1987, 113 p.

O número 2 da série *Ensino*, dos cadernos de comunicação jornalística e editorial reúne cinco pesquisas produzidas durante o curso Pedagogia da Comunicação no Brasil, programado e ministrado pelo professor Doutor José Marques de Melo, em 1987.

O curso teve dois objetivos básicos: analisar a trajetória do ensino da comunicação no Brasil, a partir de diretrizes hegemônicas, e oferecer aos docentes da área um referencial teórico e metodológico para a melhoria de seu desempenho acadêmico.

O curso teve dois momentos. Um de fundamentação teórica sobre o assunto com base na bibliografia existente. Outro de pesquisa, onde os alunos foram estimulados a realizar uma confrontação dos dados registrados no momento anterior do curso com a realidade das escolas de comunicação no Brasil.

O resultado são (05) cinco estudos com as seguintes temáticas:

1. A questão curricular: do impasse à reivenção, de Aníbal Bra-

gança e Eduardo Meditsch.

A pesquisa objetivou a investigação, numa análise histórica do que provoca o impasse sobre os objetivos dos cursos de comunicação e como os currículos acabam por refletir estes impasses. Os autores descreveram dois exemplos de tentativas de enfrentamento e superação destes impasses, examinando os casos das escolas de comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal Fluminense.

Reiterando a natureza limitada do estudo não permitindo, portanto, generalizações, os dois professores tomaram o currículo como eixo de análise. Mostram as diferenças entre um projeto e outro, apontando as tentativas de reinvenção nestas escolas, para a superação do já velho dilema entre teoria e prática, comunicação e profissionalização.

2. Alcina de Laura Cardoso, Heitor da Silveira Neto e Silvia Pereira de Araujo são os autores do segundo trabalho intitulado: Teoria e Prática no Ensino de Comunicação: A Didática e a Questão do Poder. Aqui a velha reflexão sobre teoria e prática é transposta para a ação pedagógica do ensinar/aprender, discutida nas circunstâncias específicas do curso de comunicação da Escola de Comunicação e Artes da USP.

O Estudo abrange desde os impasses no ensinar/aprender, a didática e a organização do curso, até a teoria e prática ligadas ao exercício do poder e a condição, tão comum nos cursos de comunicação, o professor profissional e o profissional-professor.

3. Órgãos Laboratoriais: Da Resistências aos Novos Caminhos Experimentais, é a pesquisa do professor Luiz Custódio da Silva. Ele analisa o desenvolvimento das atividades laboratoriais dos cursos de co-

municação do país, desde seus primeiros currículos, passando por todas as resoluções até chegar na atual 02/84. Registra as lutas das diversas entidades ligadas aos cursos e ao ensino de comunicação, para o cumprimento das exigências do CFE relativas a equipamentos e laboratórios.

Custódio procura enfatizar a importância dos laboratórios no processo de ensino/aprendizagem e a necessidade de se ter projetos pedagógicos que orientem estas atividades. Só assim poder-se-ão oferecer aos estudantes possibilidades e oportunidades de experimentação e apreensão concreta da realidade, pautada pelo domínio conceitual para sua compreensão e interpretação. Por fim, ele analisa as peças laboratoriais do curso de jornalismo da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, apontando para um leque de alternativas para a invenção/reinvenção na realização plena das atividades laboratoriais.

4. Desafio Gerencial: A defasagem entre o dinamismo dos processos e a morosidade da burocracia universitária, é o trabalho realizado por Antônio Gonçalves de Oliveira e Miriam Rejowski de Carvalho. Os autores refletem sobre os motivos da burocracia que impede o dinamismo dos processos de comunicação. Mais uma vez, a ECA é o cenário para este estudo de caso, onde os autores fazem uma explanação a nível conceitual da gerência e da burocracia. Passam também pelas elucidativas conclusões do Grupo de trabalho "Burocracia e Democracia na USP", parte das conclusões do "I Congresso da USP", onde se encontra um auto-retrato daquela universidade, relativamente à sua administração. Dalí Oliveira e Carvalho partem para uma análise da ECA, através de sua retros-

pectiva histórica e da fala de alguns de seus professores. As constatações apontam para uma escola que, ao nível administrativo, está "mergulhada" na burocracia, em prejuízo dos processos reais de comunicação.

5. O último trabalho versa sobre o impasse curricular da disciplina Teoria da Comunicação e é o professor Isaac Epstein. Uma das grandes dificuldades da comunicação é a constituição de seu estatuto científico, por se tratar de área de conhecimento que abraça um processo que é mediador de todas as ações humanas. Decorre disso, principalmente, a dificuldade de construção teórica da disciplina Teoria da Comunicação que pode pressupor a existência de um conhecimento unitário, genérico e abrangente. O que, como afirma Epstein, não é pertinente. Na verdade os estudos sobre a comunicação são polivalentes, não há uma teoria da comunicação, mas tantas quantas forem as perspectivas a partir das quais se queira abordar o fenômeno.

A publicação é de qualidade extremamente oportuna num momento em que é mais que urgente lutar pelo fortalecimento dos cursos de comunicação no Brasil. Apesar de, em nenhum dos estudos, se pretender generalizar e universalizar conclusões, parece-me que, algumas delas são, sem dúvida, comuns a qualquer curso de comunicação.

É leitura obrigatória para todos os profissionais, professores ou não, e estudantes da área.

Sandra de Fátima Pereira Tosta
Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais

O pesquisador, os objetos e os sintomas

LOPES, Maria Immacolata V. O rádio dos pobres — comunicação de massa, ideologia e marginalidade social. São Paulo, Loyola, 1988, 195 p.

O mercado editorial brasileiro, especialmente o das comunicações de massa, recebe, através das Edições Loyola, uma interessante contribuição da professora Maria Immacolata V. Lopes, resultante de sua pesquisa para fins de obtenção de seu grau de Mestre na ECA/USP. O texto foi inserido na "Coleção Educação Popular", o que denota pertencer a uma série de publicações que na atualidade brasileira têm se dirigido como suporte de "instrumentalização" dos programas associativos e de natureza educativa, articulados no interior dos movimentos sociais. Porém, contrariando a tal natureza, a publicação distancia-se, também, do conjunto de estudos e pesquisas, em desenvolvimento no Brasil, que têm tematizado a natureza e o impacto dos sistemas de comunicação de massa, a partir de marcos teóricos adotados de forma mecânica, movimento este que revela ser a posição do pesquisador muito mais um "esforço" de ajustar o método à realidade, do que, por exemplo, o movimento inverso, no sentido de conhecer o objeto.

Categorias como ideologia, modos de produção, realidade, dominação, reprodução, entre outras, são a "varinha mágica" dos estudos recentes no "âmbito da comunicação de massa, basta ver o que se tem publicado no mercado editorial, ou o que tem sido apresentado nos programas de pós-graduação. Contudo, são

categorias que aparecem "paralisadas" por modelos metodológicos cujas finalidades têm sido nada mais do que "denunciar" o funcionamento do "campo" da comunicação a serviço de interesses particulares e classistas, constatações que para qualquer leitor mediano da conjuntura brasileira, e de compêndios de ciências sociais que tenham credibilidade, são evidências. Vivemos ainda — talvez a sua fase final, quem sabe! — a febre de uma "metodologia denunciativista" que muito pouco contribuiu para o aprimoramento das vocações universitárias e para o trabalho da pesquisa. Pelo contrário, encastelado no interesse, o "método" mobilizado no corpo da pesquisa nada mais era (é) do que um artilho para comprovar o óbvio.

É, pois, neste contexto, que aparece — como uma proposição original e enriquecedora — o trabalho da Professora Immacolata. Ao invés de simplesmente colocar-se na posição da "denúncia", toma o método semiológico naquilo que ele tem de operativo, e se propõe a descrever os processos de funcionamento da economia discursiva de três modalidades de programas radiofônicos apanhados segundo também hipóteses construídas com os parâmetros da sociologia — a questão da marginalidade social —, categoria desafiante mas, para os fins propostos, trabalhada com coerência.

Os objetivos do presente estudo ("estudar os efeitos ideológicos do discurso radiofônico popular sobre as populações marginais que vivem no ambiente urbano") proporcionam a apresentação de algo tão importante no campo da pesquisa da comunicação — os chamados "estudos de casos". Para tanto, toma três tipos de programas com "clivagem"

e características bem definidas como invariantes, no interior dos quais procura observar o que chama de "modo de existência" do ideológico no seio dos discursos. A pesquisadora conduz com grande esforço o manejo das cenas "macro" e "micro" discursivas, nos revelando indicadores sobre aspectos que dizem respeito à construção (produção) dos programas. Contudo, a impressão que nos deixa a pesquisa é que o trabalho metodológico, tanto a nível do campo da produção como no da recepção, nos revela mais o que é — ou o que são estes discursos —, ao invés de nos proporcionar uma descrição (como) do funcionamento do modo de existência dos discursos. Noutras palavras: estes dois planos (produção e recepção) são semantizados, sim, mas pelo trabalho cognitivo do pesquisador, e não por aquilo que emanaria da descrição lingüística-discursiva da matéria significante! Parece-nos de certa forma, haver um hiato entre as proposições teóricas e metodológicas. Possivelmente o "entre" funciona como um "sintoma" revelador/substituidor das dificuldades que todos apresentamos na condução destas novas possibilidades metodológicas de pesquisar o campo simbólico e discursivo da comunicação de massa.

Isto porém não compromete a finalidade a que se propõe a pesquisa. Como no quadro das "transições", o trabalho da Professora Immacolata engrossa o esforço de alguns para superar os preconceitos e as viseiras existentes nas escolas de comunicação contra a contribuição que a semiologia e as modernas teorias da enunciação discursiva têm a oferecer

como instrumentos de investigação.

Antônio Fausto Neto
Universidade Federal da Paraíba

O elogio da frivolidade

LIPOVETSKI, Gilles. O império do efêmero. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

Os teóricos da cultura de massa podem ser divididos em dois grupos. Adorno, McDonald, Debord e Bloom, por exemplo, se incluem entre aqueles que, por diversas razões, visualizam na mesma uma forma de degeneração da cultura, embrutecimento do homem e servidão da sociedade. Em contrapartida, E. Shills, D. Bell e A. Swingwood exemplificam aqueles para quem, pelo contrário, a cultura de massa é um fator de promoção da cultura e democratização da sociedade.

Lipovetski é o mais novo porta-voz deste último grupo. Para o autor, a cultura de massa, cuja essência pode ser apreendida no movimento da moda, é um dos principais vetores da modernidade. A redução dos diversos setores da vida social à condição de manifestações de moda no mundo contemporâneo constituem para ele o estágio terminal do processo de democratização da sociedade. A liberdade, o individualismo e a mudança social não se expressam mais hoje no marco dos projetos políticos de criação de uma ordem civil, mas sim no domínio utilitário da vida cotidiana.

A moda é um sistema de ação social cujo principal traço é permitir a reprodução dos laços coletivos da

sociedade mediante estímulos à individualização de seus membros. Nesse sentido, sua frivolidade esconde uma astúcia, que consiste em promover uma sociedade baseada na autonomia dos sujeitos através de meios que fomentam os caprichos íntimos dos indivíduos. A explicação da moda não se encontra na lógica da distinção social.

Lipovetski rejeita os esquemas tradicionais de compreensão da moda, consagrados nos estudos de Bourdieu. A sociologia das classes e das lutas simbólicas têm uma validade relativa, que, no máximo, se subordina à compreensão histórico-filosófica do fenômeno como manifestação cada vez mais medular da práxis guiada pelo conceito do novo (p. 11). A moda é fruto da exaltação das coisas novas e individuais, da autonomia e do moderno, deflagrada a partir do Renascimento.

"Para que sobreviesse o sistema da moda, foi preciso que fosse aceito e desejado o 'moderno', que o presente fosse considerado mais prestigioso que o passado, que houvesse uma excepcional significação das novidades." (p. 61).

Os sistemas de valor e significação baseados nestes conceitos constituem, portanto, para o autor, o fator determinante em última instância da moda, cuja dinâmica se completa no quadro de promoção do prazer e da sedução configurado na vida cotidiana surgida com a modernidade. Hoje, a moda e o consumo se libertaram completamente das amarras da busca de *status* e da diferenciação social, nos diz o autor em um dos capítulos mais interessantes de seu livro. A maioria da população que segue a moda está menos preocupada com a ostentação e a originalidade do que com o conforto, a novidade e a descontração, motivada pelo

sentimento de bem-estar (p. 152).

Afinal, como sublinha o autor a propósito dos bens de consumo:

"O que se busca, através dos objetos, é menos uma legitimidade e uma diferenciação social do que uma satisfação privada (...) O consumo, no essencial, não é mais uma atividade regrada pela busca do reconhecimento social; manifesta-se, isso sim, em vista do bem-estar, da funcionalidade, do prazer para si mesmo. O consumo maciçamente deixou de ser uma lógica do tributo estatutário, passando para a ordem do utilitário e do privatismo individualista." (p. 173).

Em resumo, a cultura de massas avança no sentido de concretizar a autonomia individual e a liberdade pessoal dentro da sociedade. Os meios de comunicação e os modismos propagados por eles superam progressivamente os entraves doutrinários, políticos e religiosos, que se contrapõem ao movimento da modernidade. "A moda consumada não cria obstáculos à autonomia das consciências; é a condição de um movimento de massa em direção às Luzes." (p. 263).

Todas essas idéias são ricas em conteúdo polêmico e de certo correspondem a algumas tendências verificadas nas sociedades liberais avançadas. Todavia, convém destacar, pelo menos, as seguintes questões a seu respeito. Em primeiro lugar, a associação histórica entre privatismo dos costumes e democratização da sociedade feita pelo autor. Lipovetski ignora os perigos que a retirada dos indivíduos para a vida íntima coloca à gestão democrática da vida pública, interpretando de modo positivo a previsão toqueviliana de que a revolução política da modernidade acabaria gerando uma ordem liberal baseada fundamental-

mente nos costumes, sem que fosse necessariamente afetada a estrutura de dominação da sociedade. Em outros termos, vale dizer que o reforço das relações privadas e o culto da vida íntima não são o avesso das formas autoritárias de governo, podendo servir ao avanço dos mais variados despotismos e à legitimação das razões de Estado, sempre que os mesmos forem necessários à manutenção desse meio de vida, conforme concluiu H. Arendt.

Em segundo lugar, o livro do autor peca pelo excesso de elogio. O retrato da sociedade de consumo feito pelo mesmo não desconhece seus aspectos negativos, mencionando a solidão e a angústia, mas esquece completamente suas piores patologias, especialmente os resultados da exploração econômica, da competição profissional e das formas de desqualificação do trabalho na subjetividade humana. A anomia e as várias manifestações de irracionalismo vinculadas a esses processos não merecem nenhum tratamento, como se a pacificação relativa dos conflitos tivesse suprimido as resistências e as revoltas ao modo de subjetivação dominante nesta sociedade.

Finalmente, o autor deixa sua crítica cultural se envolver pelo canto de sereia da cultura de massa, tornando-se surdo ao processo de renovação das hierarquias culturais e relativas ao saber possibilitada pelas novas tecnologias de comunicação, que a desvalorização mercadológica da cultura pelos meios de reproduzibilidade técnica ruidosamente esconde.

Em última análise, Lipovetski resume-se na renovação culturalista do argumento liberal; para o autor, a modernidade, ao invés de se reduzir à economia do mercado, como pretendem os conservadores e neoliberais,

se completa na cultura de massa. compreensão do mundo moderno se prejudica por uma tomada de posição que nega o próprio projeto da modernidade. Lipovetski confunde a modernidade com o modernismo, um projeto de práxis social com um fenômeno de costumes, e só por isso pode reduzir o processo de democratização da sociedade com o estágio terminal de expansão do mercado para todas as suas esferas.

Francisco Ricardo Rüdiger
Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul

Pensar hoje a Imprensa e a História do Brasil

CAPELATO, Maria Helena R.
**Imprensa e História do
Brasil.** São Paulo, Contexto/
EDUSP, 1988, 78 p.

Durante muito tempo persistiu (e persiste) a concepção de que história e jornalismo tinham como objeto central sua majestade, o fato. Assim, ficava fácil fazer a ponte entre ambos: uma cronista do passado, outro cronista do presente. Mas o reinado do fato, enquanto afirmação do verdadeiro, é cada vez mais questionado. Como fica então a relação entre história e imprensa?

"É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais", afirma a historiadora Maria Helena R. Capelato, neste livro em que busca aprofundar e sistematizar reflexões que já vinha realizando nesta área. Não menos fascinante é a leitura deste livrinho, com cara e jeito de

didático para segundo grau, e que adentra com segurança num terreno de interseção muito praticado e pouco pensado: a ligação entre imprensa e história do Brasil.

Para aliviar os possíveis leitores, bom advertir: não se trata da história da imprensa do Brasil, nem de roteiros históricos-jornalísticos cronológicos, embora a pesquisa histórica esteja presente num texto redigido com clareza jornalística. O livro está dividido em três abordagens: imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento e o papel do jornal na história. A imprensa, portanto, é tratada como fonte e objeto. A história, como método e objeto. Daí então é possível pensar as afinidades (e as diferenças) destas duas atividades.

Durante muito tempo o livro de Nelson Werneck, pioneiro, foi a principal e praticamente única referência sobre o tema no Brasil, além das abordagens setoriais ou monográficas. Este livro de Maria Helena Capelato acena com a possibilidade de se começar a construir outras reflexões, pesquisadas e práticas profissionais - o que só é possível quando começam a se definir novos instrumentos e perspectivas.

O volume começa falando da imprensa que os leitores contemporâneos conhecem, com seus atrativos e artifícios que a fazem produtora de uma cultura de massa para uma elite letrada. Em seguida, começa a falar da imprensa como porta-voz dos grupos dominantes - mas, também, dos diversos movimentos políticos e sociais. É, pois, imprensa contestadora, oficial, enfim, expressão dos diferentes atores, ela mesma agente histórica. E aí então começa a operação-desmonte, a decodificação histórica onde, felizmente,

a autora sabe que o jornalismo no Brasil não começou em 1964, com antecedentes apenas em Wainer e Chateaubriand... Dentre os momentos em que a autora se demora, estão as duas Repúblicas velhas, a primeira e a última, ressaltando o jornalismo como força oposicionista e como construtor da ordem oficial.

A querela jornalismo-academia (em voga nos arraiais paulistas depois do affaire USP x ESP) é tratada de maneira não sectária, mostrando as possibilidades promissoras de um casamento que não precisa redundar em divórcio litigioso. De um lado, o historiador tradicional alertando para o caráter "suspeito", isto é, pouco confiável do jornalismo como fonte histórica, na medida em que está impregnado de subjetividade. Do mesmo lado, o historiador acadêmico atacando o perfil imediatista e superficial da imprensa. De outro, o jornalista atirando flechas contra as características que considera negativas na historiografia: inatualidade, teorismo, hermetismo, etc, etc. Capelato tem razão: esta querela não faz nenhum sentido nem traz contribuição alguma. A produção acadêmica pode dar mais consistência ao jornalismo e, este, pode dar mais amplitude e ressonância àquela.

O mérito deste livro é que ele não é definitivo. Ajuda a botar alguns pontos nos iis e a desbravar um caminho intrincado (e cheio de caminhantes). É, portanto, uma reflexão que interessa aos profissionais, professores e estudantes, de história e de comunicação. O próprio apêndice ao final do volume, com subsídios e sugestões de pesquisa, é válido para pesquisadores em vários níveis: gente que está começando ou recomeçando. A própria edição deste livro, faz parte de uma bem articulada coleção

"Repensando a História", da Editora Contexto, numa co-edição com a USP, já mostra como podem ser criativas as relações entre times que não são adversários, pois muitos jogadores participam de ambos.

Marco Morel
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

A liberdade de Imprensa existe?

FREITAS NOBRE - Imprensa e Liberdade - os princípios constitucionais e a nova legislação. São Paulo, Summus, 1988, 97 p.

Em janeiro de 1988, na cidade de Fortaleza, ao ser convidado a participar de um curso de aperfeiçoamento de professores de Jornalismo, patrocinado pela Associação Nacional de Jornais, o professor Freitas Nobre tinha visto sair, praticamente do prelo, a edição do seu livro "Imprensa e Liberdade - os princípios constitucionais e a nova legislação" (Summus Editorial, 1988 - 97 págs.).

A Constituinte fervilhava em debates, conquistas, retrocessos e contradições. Por isso mesmo, dentro e fora do Congresso, o que se dizia ou se propunha, suscitava interpretações. E da regra não escapou o parlamentar -- um "ex" que representa uma das grandes injustiças cometidas na boca das urnas. Afirmou-se, inclusive no local, que o jornalista Freitas Nobre defendia uma Lei de Imprensa. O fato foi consignado pela imprensa local, por força do despreparo de uma juventude mal saída das escolas para a banca da redação.

Na realidade, o que ficou evidente nos argumentos do Mestre -- e o livro ora em análise comprova sobrejamente tal posicionamento -- é que não há provas da existência de uma Liberdade de Imprensa, em termos absolutos, mesmo nos países que não possuem a legislação específica. Os exemplos de Estados Unidos e Inglaterra são fulminantes. E a condução dos ditos "delitos" de imprensa à legislação ordinária, via Constitucional ou Código Penal, terminam poro nivelar a ação do jornalista ao infrator comum. Assim, desde que, inapelavelmente, o texto da Carta Magna iria nos remeter -- como aconteceu -- a uma lei complementar, então a nossa ação e a nossa luta deverá ser por uma Lei de Imprensa, desnuda dos instrumentos do arbítrio, marcada por princípios democráticos e éticos.

O livro em si é a mesma lição de Mestre que não se repete. É o professor renovado em cada novo enfoque, sem fugir do debate e sem se ater às compilações. Preenche, inclusive, uma lacuna evidente nos currículos atuais, que é a ausência de estudos comparados. Só é possível uma análise isenta dos instrumentos de que dispomos para regular a atividade da Comunicação, se conhecermos a experiência de outros países, se confrontarmos os institutos.

"Imprensa e Liberdade" contém a concretude da Lei em cada passo, justamente porque o autor defende o princípio em cima da aplicação. Não é uma obra para leigos, é para juristas; mas o seu embasamento está justamente na experiência do jornalista, na vivência do dia-a-dia das redações, o que lhe tira qualquer resquício de alheamento. É atualíssima e destinada a permanecer como fonte de consulta.

São sete capítulos. Iniciando-

se com uma parte introdutória para justificar a utilização da tese de livre-docência de 1987, na USP, sob uma revisão e atualização, a obra não foge ao rigor técnico. Analisa o controle da informação pelos Governos; verifica os dois lados de uma mesma questão, a liberdade de informar e o direito à informação. Questiona a eficácia de princípios que não estão contidos numa lei específica e demonstra a necessidade constante de modernização das leis como forma de acompanhar o envolver dos tempos. O caso dos avanços da Informática é sintomático. O confronto entre o que dispõe uma lei ordinária e o que deve estar contido nos princípios constitucionais leva o autor a recorrer à experiência interna e externa, no último capítulo, como um desfecho necessário e uma conclusão convincente.

De fato, Freitas Nobre enfrentou, num livro breve, sintético, conciso, um duplo desafio; ao jornalista que soube exercer a representatividade de sua categoria, e ao parlamentar de formação jurídica. O emocionalismo de qualquer das duas facetas não está presente na obra, pois não é um trabalho partidário. Muito pelo contrário; ele reedita, na sua lição, a postura do juriconsulto confiável e admirável que continua a ser.

Luiz Maranhão Filho
Universidade Federal
de Pernambuco